

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Miguel de Oliveira Frozza

**CONDIÇÕES DE OFERTA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO
NO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2017

MIGUEL DE OLIVEIRA FROZZA

**CONDIÇÕES DE OFERTA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO
NO RIO GRANDE DO SUL**

O Trabalho de Conclusão de Licenciatura apresentado a Comissão de Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Leandro Raizer

PORTO ALEGRE

2017

RESUMO

O objetivo desta monografia foi construir um diagnóstico e analisar os custos educacionais, custo-aluno/ano e também as condições da oferta educacional na educação básica do campo da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. O texto foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve revisão da literatura sobre o conceito de Educação do Campo e Educação Rural, estabelecendo as diferenças teóricas entre os dois conceitos. Também apresenta análise da movimentação das matrículas na Educação Básica do Campo no Rio Grande do Sul. O segundo capítulo apresenta uma análise comparativa entre resultados das escolas públicas estaduais urbanas e rurais no Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul (SEAP/RS), fazendo uma reflexão sobre as condições de oferta educacional na educação básica no estado a partir dos dados do SEAP. O terceiro capítulo analisa os custos educacionais e custo-aluno/ano de duas escolas públicas estaduais do campo, na cidade Bento Gonçalves, a partir de estudo de casos. O custo-aluno/ano foi definido como o conjunto de recursos materiais e humanos objetivamente calculados. Os itens de custo considerados na pesquisa foram: instalações (prédio e terreno), salário dos funcionários (docente e não docente); material de consumo; equipamentos e material permanente; outros insumos (água, energia elétrica, telefone, internet, gás, serviços terceiros e manutenção); e transporte escolar. Os dados de salários foram coletados nas escolas e no site do *portal da transparência do RS*. Os dados de material permanente, material de consumo e outros insumos foram coletados diretamente nas escolas em visitas realizadas e conversas com a equipe diretiva. Os dados sobre transporte escolar foram adquiridos em visita à Secretária Municipal de Educação. Os valores monetários dos custos educacionais somados e comparados através da unidade custo-aluno/ano. Foram analisadas as condições de oferta educacional das escolas e os custos e condições do transporte escolar. A análise dos dados coletados revelou que a educação básica do campo no Rio Grande do Sul encontra-se em processo de diminuição de matrículas; os municípios são os maiores responsáveis pela oferta de matrículas para a educação básica do campo. A análise dos resultados do SEAP/RS revelou que a infraestrutura dos prédios escolares são ainda os maiores problemas da oferta educacional para educação básica do campo. As análises dos custos educacionais e custo-aluno/ano das escolas revelaram que criar condições de qualidade na oferta educacional para as escolas do campo não é apenas uma questão de investimento financeiro, mas depende de outros fatores.

Palavras-chave: Educação do Campo. Escola do Campo. Custo-Aluno/Ano. Custos Educacionais. Movimentação de matrículas. Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP).

ABSTRACT

The objective of this monograph is to construct a diagnosis and analyze the educational costs, cost-student / year and the conditions of educational offer to basic education of the field of the state education network of Rio Grande do Sul. The text is organized in three chapters. The first chapter presents a brief review of the literature on the concept of Field Education and Rural Education, establishing the theoretical differences between the two concepts. The second chapter presents a comparative analysis of the results of urban and rural state public schools in the State Participative Assessment System of Rio Grande do Sul (SEAP / RS) , making a reflection on the conditions of educational offer in basic education in the state from the SEAP data. The third chapter analyzes the educational and cost-student / year costs of two state public schools in the countryside, Bento Gonçalves city, based on case studies. The cost-student / year defined as a set of objectively calculated material and human resources. The cost items considered in the survey were: facilities (building and land), salary (teaching and non-teaching); consumables; equipment and permanent materials; other inputs (water, electricity, telephone, internet, gas, third party services and maintenance); and school transportation. The salary data were collected in the schools and in the website of the RS transparency portal. Data on permanent material, consumables and other inputs were collected directly from the schools on visits and conversations with the management team. Data on school transportation were visited by the Municipal Secretary of Education. The monetary values of educational costs calculated and compared through the unit cost-student / year. The conditions of educational offer of schools and costs and conditions of school transportation were analyzed. The analysis of the collected data revealed that the basic education of the field in Rio Grande do Sul is in the process of decreasing enrollments; the municipalities are the main responsible for the offer of enrollments for the basic education of the field. The analysis of the results of the SEAP / RS revealed that the infrastructure of school buildings are still the major problems of the educational offer for basic education in the field. analysis of educational costs and cost-student / year of schools have shown that creating quality conditions in the educational offer for rural schools is not only a question of financial investment but depends on other factors.

Keywords: Field Education. School of the Field. Cost-Student / Year. Educational Costs. License plate movement. State Participatory Assessment System (SEAP).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAQ – Custo Aluno Qualidade
CAQi – Custo Aluno Qualidade inicial
CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CEB - Câmara de Educação Básica
CNE – Conselho Nacional de Educação
CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento
CRE - Coordenadorias Regionais de Educação
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NSA – Não se aplica
RGE - Empresa Rio Grande Energia
SEAP - Sistema Estadual de Avaliação Participativa
SEDUC - Secretaria Estadual da Educação
SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
TER - Transporte Escolar Rural
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 – Dimensões e número de indicadores por dimensão da avaliação institucional do SEAP.....	10
Quadro 2 – Síntese da Classificação dos Custos da Pesquisa.....	12
Quadro 3 – Médias das dimensões e o número de escolas que avaliaram cada dimensão do SEAP 2013.....	24
Quadro 4 – Indicadores com médias mais precárias na avaliação institucional do SEAP – conjunto das escolas urbanas e rurais da rede estadual.....	25
Quadro 5 – Indicadores com pontuação 4 na mais avaliação do conjunto de escolas urbanas e rurais da rede estadual.....	27

TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas da Educação Básica no Rio Grande do Sul, por região urbana e rural.....	21
Tabela 2 – Número de matrículas da Educação Básica do Campo no Rio Grande do Sul, por dependência administrativa pública.....	21
Tabela 3 – Número de matrículas da Educação básica do campo no Rio Grande do Sul, por rede pública e privada.....	22
Tabela 4 – Quadro geral do Custo Anual, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$).....	29
Tabela 5 – Quadro geral do Custo Anual, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em %).....	30
Tabela 6 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$).....	31
Tabela 7 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em %).....	31
Tabela 8 – Quadro geral do Custo Anual Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$).....	32
Tabela 9 – Quadro geral do Custo Anual Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em %).....	32
Tabela 10 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$).....	33
Tabela 11 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em %).....	34

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	9
1.EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTAÇÃO DAS MATRÍCULAS.....	17
1.1 APONTAMENTOS DA LITERATURA SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	17
1.2 MOVIMENTAÇÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL	20
2. CONTRASTES ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CAMPO E URBANAS NO SEAP/RS EM 2013.....	24
3. CUSTOS EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS DO CAMPO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Esta monografia trata de questões relativas aos custos educacionais, custo-aluno/ano, condições de oferta educacional e movimentação das matrículas da educação básica do campo no Rio Grande do Sul. O estudo apresenta um diagnóstico da educação básica do campo a partir da compilação de dados de dois estudos já realizados pelo pesquisador e análise da movimentação das matrículas da educação básica do campo ao longo dos anos.

A pergunta que esta pesquisa procurou responder: *Qual é a condição de oferta educacional da Educação Básica do Campo no estado do Rio Grande do Sul?*

O estudo parte da concepção que a educação do campo e o direito à educação básica de qualidade são resultados de um processo de lutas dos movimentos sociais do campo. A pesquisadora Roseli Salette Caldart (CALDART, 2012), afirma que a educação do campo não surge de teorias educacionais, mas sim da prática e da necessidade real pela educação das populações do campo.

Igualmente, considero importante a concepção das pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação, ligado a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Damiana de Matos Costa França e Nalú Farenzena (FRANÇA e FARENZENA, 2016), destaca que as políticas para a educação básica do campo abrangem duas dimensões indissociáveis: uma é de natureza curricular, e a outra tem relação com a organização espacial das redes de ensino, isto é, compreende que o estabelecimento de ensino deva estar localizado no meio rural, no campo, na própria comunidade e, quando necessário, em escolas nucleadas, após uma ampla discussão com as comunidades.

No primeiro capítulo dessa monografia é feita uma breve discussão teórica sobre o conceito de Educação do campo e uma análise da movimentação das matrículas na Educação básica do Campo no estado do Rio Grande do Sul ao longo dos anos. Os dados de matrículas foram retirados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O segundo capítulo trata de uma análise das condições de oferta educacional das escolas do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul, a partir da utilização dos resultados do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) no ano de 2013. São utilizados os resultados apresentados em um relatório, onde são analisados os registros das avaliações institucionais das escolas rurais e urbanas da rede estadual de ensino na educação de 2013 do SEAP.

O capítulo três traz a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de custos educacionais e condições de oferta educacional de qualidade, definição conceitual de custos envolvidos no cálculo de custo-aluno/ano e procedimentos utilizados para análise dos dados e para calcular os custos educacionais e o custo-aluno/ano das escolas pesquisadas. Ademais, é realizada uma análise comparativa e uma análise dos custos educacionais e do custo-aluno/ano das instituições.

Por último, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia desse trabalho de conclusão de curso é marcada pela utilização de dados quantitativos de outras pesquisas, objetivando construir um diagnóstico da situação da educação básica do campo do Rio Grande do Sul.

Os dados das matrículas foram retirados das sinopses estatísticas do site do INEP e foram organizados através do programa *Microsoft Excel* e tabelas construídas no programa *Microsoft Word*.

Os dados apresentados no capítulo dois fazem parte do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP), que tem como objetivo a realização de avaliações diagnósticas, que englobam avaliações institucionais realizadas nas escolas que pertencem a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, administradas pela Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) e pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE).

A política de avaliação SEAP/RS contou com um contrato firmado entre a SEDUC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do projeto de pesquisa intitulado: *Análise e Avaliação Externa de Processos e de Resultados Atinentes à Avaliação Institucional Participativa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa*, o qual teve como missão assessorar a implementação desta política. No contexto deste projeto de pesquisa, desenvolve-se o subprojeto: *Olhares para as escolas rurais no contexto do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS*. A pesquisa foi realizada por um grupo de professores pesquisadores da UFRGS, ligados ao Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da Faculdade de Educação.

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) ocorreu nos anos de 2012, 2013 e 2014, durante o governo de Tarso Genro, envolvendo as escolas públicas estaduais, as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e a Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul em seus processos avaliativos. Os dados analisados na monografia foram retirados de um relatório, que apresenta os resultados das avaliações institucionais produzidas nas escolas estaduais, do segundo ano de implantação do SEAP, 2013. O relatório faz uma comparação dos resultados entre os resultados às escolas urbanas e rurais, é foi elaborado pelos pesquisadores Damiana de Matos Costa França e Miguel de Oliveira Frozza (FRANÇA; FROZZA. 2014), como parte do subprojeto *Olhares para as escolas rurais no contexto do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS*.

Os dados analisados no relatório fazem parte da denominada fase local, na qual as escolas têm a responsabilidade de, anualmente, participarem do processo avaliativo no sistema informatizado disponibilizado via *web* pelo SEAP/RS. Como mostra o Quadro 1 abaixo, a avaliação institucional das escolas (urbanas e rurais) é composta por 50 indicadores, organizados em seis dimensões:

Quadro 1 – Dimensões e número de indicadores por dimensão da avaliação institucional do SEAP

Dimensão	Total de Indicadores
Gestão Institucional	6
Espaço Físico da Instituição	13
Organização e Ambiente de Trabalho	7
Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola	4
Formação dos Profissionais da Educação	3
Práticas Pedagógicas e de Avaliação	17

Fonte: Avaliação institucional do SEAP –2013. (FRANÇA; FROZZA. 2014)

Os indicadores foram avaliados pela escola e receberam uma pontuação, de 1 a 5 – valor 5 corresponde a uma situação ideal; valor 4, a uma situação muito boa; valor 3, situação boa; valor 2, situação precária; e valor 1, situação crítica. Em cada indicador existia ainda a opção *não se aplica* (NSA), indicando que não havia possibilidade de avaliar o referido indicador (ou por falta de informação ou por que ele não se aplicava à escola). Cada um dos registros de pontuação em um indicador deveria apresentar, por sua vez, uma justificativa.

Os dados analisados foram construídos utilizando o software SPSS (*PASW Statistics* 18). Para analisar as dimensões, no contexto da escola, foi calculada a média da avaliação de cada dimensão juntamente com as médias de cada indicador para o ano 2013. Também foram calculados os desvios-padrão e foi aplicado o teste *t de student pareado* para verificação de existência ou não de diferença estatisticamente significativa entre registros das escolas rurais e escolas urbanas.

Segundo dados do censo escolar, a rede estadual de educação básica do Rio Grande do Sul está presente em 488 municípios; em 2013, a rede estadual era formada por um total de 2.573 escolas e, deste total, 668 eram escolas rurais e 1.905 eram escolas urbanas. Participaram do SEAP, no ano de 2013, 2.532 escolas da rede estadual.

O levantamento dos custos educacionais ocorreu a partir de uma pesquisa realizada nas escolas, que compreendeu duas dimensões de investigação: *organização & gestão escolar* e os *custos de funcionamento e implementação das escolas*. Portanto, a pesquisa se caracteriza

por ser uma análise comparativa de custos e condições de oferta educacionais, a partir do estudo de caso de duas escolas do campo da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017 foram visitadas duas escolas estaduais do campo da 16ª Coordenaria Regional de Educação, no município de Bento Gonçalves.

Para coleta de informações sobre aspectos da gestão e organização escolar foram realizadas: observações e entrevistas com as direções das referidas escolas. O roteiro da entrevista foi elaborado com base em uma pesquisa já realizada pelo INEP e UFRGS (FARENZENA *et al*, 2004) e fez parte da primeira parte do formulário aplicado nas escolas. Na observação e na entrevista se procurou verificar, de modo qualitativo, a existência de insumos e características da organização escolar que possam estar associadas a condições de qualidade do ensino. As entrevistas foram feitas com a autorização dos entrevistados e a assinatura de um *Termo de Consentimento Informado* e outro *Termo de Confidencialidade da Informação*. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, foi realizada a transcrição das mesmas, para facilitar na organização e a análise do conteúdo. Ainda, ocorreram visitas à 16ª Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação de Bento Gonçalves e Arquivo Municipal, com o objetivo de coleta de documentos históricos das escolas e respectivas comunidades.

Nessa etapa, foram coletadas informações referentes às características de organização, funcionamento e financiamento das escolas, como: origem e usos dos recursos financeiros recebidos pelas instituições, forma de gestão dos recursos, horário e turnos de funcionamento; etapas da educação básica ofertadas, número de turmas e alunos por ano/série, contagem dos espaços físicos do prédio e avaliação do estado de conservação das dependências e instalações (elétrica, hidráulica, janelas, portas, piso, telhado e paredes). Também foram coletadas informações sobre o número de profissionais das escolas (docentes e não docentes), funções exercidas, vínculo com a escola (contrato temporário ou efetivo), carga horária semanal de trabalho na escola e na rede estadual e nível de formação escolar/escolaridade.

Os dados de custos educacionais das escolas foram obtidos através da aplicação de um formulário elaborado para o levantamento de custos. A aplicação do questionário ocorreu durante visitas às escolas e as demais informações também foram coletadas durante as entrevistas com as equipes diretivas. Também foi utilizada a declaração de patrimônio, fornecida pelas direções das escolas, que serviu para calcular alguns itens. Os dados sobre os custos e condições de oferta do Transporte Escolar Rural (TER) foram coletados em visita realizada à Secretária Municipal de Bento Gonçalves, também através de um formulário

elaborado para levantamento de aspectos quantitativos de custos e qualitativos da oferta do transporte escolar no município.

A construção do cálculo de custo-aluno/ano levou em consideração os seguintes custos de implementação e funcionamento das escolas: custo com pessoal, custos de material permanente, custos de material de consumo, custos com instalação, outros insumos (água, luz, gás, internet, telefone) e manutenção. Foram adicionados ao cálculo os custos com transporte escolar dos alunos. No Quadro abaixo se especifica quais foram as categorias e subcategorias consideradas:

Quadro 2 – Síntese da Classificação dos Custos da Pesquisa

	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
CUSTO DIRETO DE IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS	Instalações	Valor do Terreno (em m ²) Valor de construção Prédio (em m ² de área construída)
	Pessoal	Salários de Docentes Salário de Não-Docentes
	Material de Consumo	Merenda escolar, material esportivo, material de expediente, material de limpeza e produtos de higienização, sementes, mudas de plantas e insumos agrícolas, material de apoio pedagógico, material para manutenção de bens e imóveis, material elétrico e material farmacológico.
	Equipamento e Material Permanente	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Material de copa e cozinha, Aparelhos, Equipamentos para Esportes e Diversão, Ferramentas, Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos, Máquinas e Utensílios para Escritório, Equipamentos de Processamentos de Dados, Mobiliário em Geral, Peças não incorporáveis a imóveis, Aparelhos e Utensílios Domésticos, Coleções e Materiais Bibliográficos, Instrumentos Musicais e Artísticos, Máquina e Equipamentos Gráficos, Material de expediente, Material de processamento de dados, Material para Áudio, Vídeo e Foto, Material Laboratorial.
	Outros insumos	Valores (em R\$) dos gastos com: energia elétrica, água, telefone, internet, gás, serviços de terceiros e manutenção.
CUSTO ADICIONAL DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL	Transporte escolar rural	Gastos totais no ano de 2016 do município de Bento Gonçalves com transporte escolar.

Fonte: Quadro retirado de Farenzena et al. (2004, p. 20), com acréscimo da última linha pelo autor.

No levantamento dos custos educacionais procuramos registrar com rigor e precisão os custos corretos ou decorrentes (pessoal, material de consumo e outros insumos), buscando discriminar o custo pessoal (docente e não docente), detalhamento dos materiais de consumo e os custos com insumos como energia elétrica, água, telefone, internet, gás, serviços de terceiros e manutenção. O objetivo foi o de obter os custos de funcionamento, representados pelos custos correntes, como no investimento feito na escola, expresso no custo de capital (material permanente, prédio e terreno).

O campo empírico da pesquisa foi realizado *in loco* pelo pesquisador. O contato com as Escolas, Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação de Bento Gonçalves foi feito pelo próprio pesquisador através de e-mail e telefone no mês de novembro de 2016. Ambas as escolas foram escolhidas por serem escolas do campo, localizadas no interior do Bento Gonçalves e pertencerem à rede estadual de ensino. Também foi levado em consideração o fato de que ambas as escolas ofertam as mesmas etapas da educação (educação infantil e ensino fundamental). As visitas às escolas ocorreram durante o mês de dezembro de 2016. Em uma das escolas foi necessário realizar duas visitas para coleta de todas as informações. A visita à 16ª Coordenadoria Regional de Educação também ocorreu em dezembro, sendo necessária apenas uma visita para coletar as informações. A visita à Secretaria Municipal de Educação ocorreu no mês de janeiro de 2017. O pesquisador preocupou-se com os critérios éticos, através de um contato prévio, no qual fez esclarecimentos dos objetos e procedimentos da pesquisa de modo a realizá-la apenas com o aceite dos diretores das escolas e gestores da Coordenaria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação. Em todas as visitas realizadas foi apresentada, primeiramente, a Carta de Apresentação, assinada pelo pesquisador e orientadora, e para a realização das entrevistas foi assinado o termo de consentimento de informação.

Para a realização das entrevistas, a gravação somente foi feita após autorização dos entrevistados, após a exposição do objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa. No documento firmado pelos entrevistados se assinalava a possibilidade de revelar, ou não, o nome do entrevistado e da escola no relatório final da pesquisa ou futuras publicações.

A fase de organização e sistematização dos dados coletados aconteceu nos meses de janeiro e fevereiro de 2017. A transcrição das entrevistas foi feita na primeira quinzena de janeiro, utilizando o programa *Windows Media Play* para escutar o áudio das entrevistas e transcrevê-las no *Microsoft Word*. Posteriormente, foram organizadas no programa *Microsoft Excel* as informações dos custos educacionais e calculado os custos. A pesquisa dos preços para cálculo dos custos foi realizada em estabelecimentos comerciais de Bento Gonçalves e na internet, procurando estabelecer um preço médio para os itens relacionados. Depois de calculados os custos, foram feitas tabelas no *Excel* para comparar os custos das escolas. Os valores para cálculo dos itens da merenda escolar foram pesquisados no site CEASA-RS / EMATER.

O cálculo do Custo-Aluno/Ano quantifica os valores monetários em reais no período de um ano, considerando a unidade aluno/ano. Os valores anuais dos custos monetários, por categoria e subcategoria, foram divididos pelo número de alunos matriculados em cada escola

no ano de 2016. Foram considerados apenas **os custos diretos de implementação e funcionamento** das escolas, mais os custos com transporte escolar. Não foram considerados os custos dos órgãos executivos ou normativos da rede estadual de ensino, ou seja, os custos da Secretaria Estadual de Educação, Coordenadoria Regional de Educação ou Conselho de Educação, não foram considerados. Os **custos de funcionamento** das escolas incluem os custos com pessoal, material permanente, material de consumo, outros insumos e transporte escolar. Os custos de implementação são os custos do terreno e prédio.

O custo com **Pessoal** inclui os gastos com salário, bônus (décimo terceiro, auxílio deslocamento por difícil acesso e outros), encargos patronais do pessoal em exercício nas escolas. O **material de consumo** refere-se àqueles que são consumidos em um período inferior a dois anos nas escolas e o **material permanente** são os equipamentos e os materiais existentes nas escolas que possuem uma vida útil superior a dois anos.

Para cada um dos itens de material de consumo e material permanente havia uma **Unidade de Referência** – unidade, quilo, litro, m², caixa. Foi registrada a quantidade de material consumido ou existente em 2016. O divisor para o cálculo do Custo-Aluno/Ano foi o número de alunos matriculados em cada escola no ano de 2016. Os procedimentos que foram tomados para calcular o Custo Aluno/Ano foram:

– **Instalações:** foi pesquisado em imobiliárias de Bento Gonçalves o preço médio do metro quadrado do terreno em zona rural. O valor estabelecido como médio foi de R\$ 40,00 por metro quadrado. Esse valor foi multiplicado pelo metro quadrado total do terreno das escolas, informado pela Coordenadoria Regional de Educação. O valor monetário total foi dividido por 55, padronizado como tempo de vida útil do terreno e dos prédios das escolas. O critério para estabelecer 55 anos como vida útil foi o tempo histórico que as escolas ocupam o local. Para o cálculo do custo do prédio foi utilizado o mesmo procedimento: foi pesquisado no site do IBGE o custo médio do metro quadrado da construção civil no estado do Rio Grande do Sul, através dos indicadores SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e foi estabelecido o valor de R\$ 1.022,73. O total do metro quadrado das áreas construídas dos prédios escolares foi multiplicado por esse valor e total da multiplicação dividido por 55 anos de vida útil. Depois de feita a divisão foram obtidos os valores monetários anuais do terreno e do prédio, esses valores foram somados para obter o custo ano das instalações (terreno + prédio).

– **Pessoal:** foi pesquisado no site da *transparência RS* o salário bruto mensal de cada funcionário da escola (docentes e não docentes). Estes valores foram multiplicados por 13,3 – referentes a treze meses, mais um terço de férias – e depois multiplicado por 1,12 – referente

aos encargos patronais. No caso dos docentes e não docentes foi necessário realizar um cálculo de fração do número de horas trabalhadas na escola e do número de horas trabalhadas em outras escolas da rede estadual; para o cálculo do Custo Aluno/Ano da escola apenas considerou-se o valor monetário do Custo de Pessoal Docente equivalente ao número de horas trabalhadas na escola. Também em um dos casos foi necessário realizar, novamente, um cálculo de fração do número de horas trabalhadas pela diretora da escola em atividade como docente em sala de aula e o restante das horas trabalhadas em função não docente; como diretora da escola.

– **Material de consumo:** para cada material de consumo foi estabelecido um preço unitário (preço da unidade, quilo, litro, dúzia ou caixa). Multiplicou-se o valor pela quantidade informada de cada material. Os preços dos itens foram somados, de acordo com suas subcategorias e depois foram somadas essas subcategorias para obter o valor final da categoria de material de consumo. Para o cálculo da merenda escolar as escolas informaram uma média mensal e anual da quantidade dos gêneros alimentícios consumidos na merenda escolar. Foi pesquisado o preço, em reais, da unidade de referência dos alimentos no site da CEASA e no escritório da EMATER-RS, de Bento Gonçalves. A quantidade informada foi multiplicada pelo valor monetário da unidade de referência do alimento e depois o valor monetário de todos os gêneros alimentícios foi somado para se obter o custo anual da merenda escolar.

– **Material Permanente:** para o cálculo do material permanente e equipamento foi utilizado a lista patrimonial das escolas, fornecida pela direção escolar. Para alguns itens, foi utilizado o preço que já aparecia na lista de patrimônios das escolas e para outros itens foi atribuído um preço médio pesquisado em estabelecimentos comerciais de Bento Gonçalves ou pela internet. Os preços foram multiplicados pela quantidade de itens de cada material permanente ou equipamentos existentes nas escolas e divididos pela vida útil atribuída. Com o rateio dos preços pelos anos de vida útil, foram somados os preços anuais dos itens para obter o custo anual do material permanente.

– **Outros insumos:** aqui foram somados os itens: energia elétrica, água, telefone, internet, gás, serviços de terceiros e manutenção. Os custos das escolas com energia elétrica e água foram informados pela Coordenadoria Regional de Educação, através de valores repassados pela RGE (Empresa Rio Grande Energia) e CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento). Os custos com telefone, internet, serviços de terceiros, manutenção e gás foram informados pelas próprias escolas.

– **Transporte Escolar:** foi dividido o valor total gasto com transporte escolar pelo município de Bento Gonçalves, em 2016 (incluindo os repasses financeiros da União e estado ao município), com número total de alunos em atendimentos das redes municipal, estadual e federal. Dessa forma se obteve o valor médio de gasto aluno/ano com transporte escolar no município de Bento Gonçalves. O valor médio de gasto aluno/ano com transporte escolar foi multiplicado pelo número de alunos das escolas usuárias do Transporte Escolar. Assim se obteve o custo total do Transporte Escolar para cada Escola e esse mesmo valor foi dividido pelo número total de alunos matriculados na escola, obtendo-se uma média do custo aluno/ano do Transporte Escolar das escolas pesquisadas.

– **Custos Direito de Funcionamento e implementação da Escola em 2016:** foi somado os custos de implementação (terreno e prédio), com Pessoal, material permanente, material de consumo e outros insumos.

– **Número de alunos matriculados:** o divisor foi o número de alunos matriculados em cada escola em 2016.

Os resultados obtidos através dos cálculos dos custos educacionais das escolas são valores aproximados, pelos seguintes motivos: embora tenham sido observados com o máximo de cuidado durante levantamento das informações, alguns materiais de consumo podem ter uma vida útil superior a dois anos nas escolas, dependendo da maneira como são usados, da mesma forma, alguns materiais permanentes podem ter uma vida útil inferior ou superior à estimada na pesquisa, dependendo da maneira e intensidade de como são usados nas escolas. Também cabe ressaltar que em uma das escolas não foi possível obter os custos exatos de água e luz na CRE, por esse motivo foram utilizados os valores repassados pela outra escola, uma vez que ambas as escolas são semelhantes.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTAÇÃO DAS MATRÍCULAS

O primeiro capítulo está estruturado da seguinte forma: uma breve revisão da literatura sobre educação do campo e análise da movimentação das matrículas da educação básica do campo no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1997, 2000, 2005, 2010 e 2015. Os dados de matrículas foram retirados do site do INEP e tabelas foram feitas pelo próprio autor.

1.1 APONTAMENTOS DA LITERATURA SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A pesquisadora Marlene Ribeiro (2012), no *Dicionário sobre Educação do Campo*, entende que a *educação rural* surge com força partir da década de 1930, quando o Estado brasileiro vê a necessidade de desenvolver economicamente o meio rural brasileiro e, conseqüentemente, também vê a necessidade de combater os altos índices de analfabetismo das populações rurais. A partir desse processo, surge a educação rural, sobre a qual a pesquisadora irá observar:

Compreendida no interior das relações sociais de produção capitalista, a escola, tanto urbana como rural, tem suas finalidades, programas, conteúdos e métodos definidos pelo setor industrial, pelas demandas de formação para o trabalho neste setor, bem como pelas linguagens e costumes a ele ligados. Sendo assim, a escola não incorpora questões relacionadas ao trabalho produtivo, seja porque, no caso, o trabalho agrícola é excluído de suas preocupações, seja porque sua natureza não é a de formar para um trabalho concreto, uma vez que a existência do desemprego não garante este ou aquele trabalho para quem estuda (RIBEIRO, 2012, p. 294).

Ribeiro compreende que o modelo de educação rural cumpre o mesmo papel que a educação urbana no processo de produção do capitalismo, qual seja, formar mão de obra para indústria. Dessa forma, a educação rural visaria formar mão de obra para o agronegócio, além de consumidores dos produtos agrícolas, procurando anular ou, pelo menos, não levando em consideração o modo de vida, os conhecimentos e a cultura dos povos do campo. Assim se expressa a autora:

[...] a educação rural funcionou como um instrumento formador tanto de uma mão de obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado. Para isso, havia a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas (RIBEIRO, 2012, p. 297).

O modelo de educação rural foi implementado no Brasil durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, intensificando-se nos anos 1960 e 1970 durante o processo de modernização agrícola, quando se colocou a necessidade de desenvolver o campo dentro do modelo de desenvolvimento capitalista predominante e retirá-lo do que era tido como atraso social e econômico, antes que acontecessem processos revolucionários no campo, como já havia acontecido em Cuba e Nicarágua.

No entanto, mesmo sendo implementadas por cinco décadas, as políticas educacionais referenciadas no modelo de educação rural não conseguiram desenvolver o campo e nem mesmo erradicar os altos índices de analfabetismo das populações camponesas, ainda presentes na década de 1980.

A partir da crítica a esse modelo de educação para as populações camponesas, movimentos sociais no campo, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), iniciaram uma série de debates e ações para construção de outro modelo para educação das populações rurais. Um modelo que levasse em consideração os conhecimentos tradicionais, cultura, modo de vida e autonomia dos povos do campo.

Nos dias 27, 28, 29, 30 e 31 de julho de 1997, na cidade de Luziânia, em Goiás, ocorreu a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo e, dessa conferência, resultou a adoção da nomenclatura de *educação básica do campo* para designar processos educativos a partir de uma lógica das populações do campo. Com as discussões do seminário nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, a nomenclatura passou a ser *educação do campo*, abrangendo também o nível da educação superior, de graduação e pós-graduação, como parte e direito à formação humana dos povos do campo.

De acordo com a pesquisadora Roseli Salette Caldart (2012), a educação do campo ainda é um processo de luta e está em processo de constituição constante, não existindo um conceito acabado. Pode-se entender a educação do campo como uma “consciência da mudança”, que possui algumas características, segundo Caldart (2012):

- Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação, feita por eles mesmos e sua proposta;
- Assume a dimensão de reivindicação por políticas públicas mais abrangentes, que levem em consideração a diversidade da população do campo;
- Combina luta pela educação com a luta pela reforma agrária, direito ao trabalho camponês, à soberania alimentar e ao território;

- Defende a particularidade dessa luta e das práticas geradas por ela, mas não em caráter particularista, pois entende que ela envolve questões e contradições mais amplas da própria sociedade em que ela está inserida;
- Suas práticas reconhecem e buscam valorizar a riqueza social e a diversidade dos sujeitos do campo;
- A educação do campo não surge da teoria educacional, mas da prática e das necessidades reais pelo direito à educação das populações do campo;
- Os sujeitos tem exercitado o direito de pensar a pedagogia educacional do campo, a partir da sua própria realidade;
- A escola é local que tem sido objeto central de lutas e reflexões das práticas pedagógicas do campo e para formação dos trabalhadores do campo;
- A educação do campo, como prática dos movimentos sociais do campo, busca conjugar a luta pelo acesso à educação com a busca de autonomia e contra a tutela política e pedagógica do Estado;
- Os educadores do campo são sujeitos fundamentais na formulação da proposta pedagógica e na transformação da escola do campo, por isso também é necessário lutar pela valorização docente.

As pesquisadoras Nalú Farenzena e Damiana de Matos Costa França, no artigo *As Ideias e a Análise de Políticas Públicas de Educação para a População do Campo: um olhar a partir da abordagem cognitiva*, observam:

[...] políticas de educação básica do campo abrangem duas dimensões indissociáveis: uma é de natureza curricular, em sentido amplo, orientada para o atendimento das especificidades dos contextos de vida das populações camponesas; outra compreende a organização espacial das redes de ensino, pois, na educação básica *do campo*, a orientação é a de que os estabelecimentos de ensino localizem-se no meio rural, *no campo*, seja nas comunidades, seja, quando necessário, em escolas nucleadas que atendem mais de uma comunidade (FRANÇA; FARENZENA, 2016, p. 136).

A pesquisadora Pilar Abós Olivares (2015), no artigo *El Modelo de Escuela Rural: es un modelo transferible a otra tipo de escuela?*, apresenta resultados de uma pesquisa em parceria, elaborada por universidades de países como Chile, Espanha, França, Portugal e Uruguai, sobre os modelos e perfis de uma amostra de escolas rurais desses países. A pesquisa tem caráter qualitativo e, embora Pilar afirme que não tenha ainda condições de oferecer resultados globais do projeto como um todo, é possível observar a diversidade como

uma característica das escolas rurais e também alguns elementos de qualidade das escolas rurais da amostra:

- La diversidad dentro de la diversidad es una de las características destacables de la escuela rural, lo que puede ayudar al fomento de determinados valores de respeto, colaboración, cooperación;
- En la escuela rural multigrado existen prácticas que son un referente básico para una escuela de calidad, cualquiera que sea el entorno en el que se ubique, entre ellas destacamos: 1) Una organización flexible del tiempo y el espacio que posibilita tanto la atención individualizada como la asunción de un modelo cooperativo de trabajo, así como el establecimiento de relaciones interativas entre alumnos ‘diferentes’. 2) Utilización de estrategias didácticas que organizan los contenidos con criterios no exclusivamente disciplinares, lo que permite aprendizajes más significativas (ABÓS, 2015, p. 682).

Conforme a citação acima é possível observar que os resultados das pesquisas apontam alguns elementos da amostra de escolas rurais do Chile, da Espanha, da França, de Portugal e do Uruguai. Além disso, são encontrados elementos comuns da legislação normativa da educação do campo e a realidade brasileira, tais como o reconhecimento da diversidade das escolas do campo, as escolas multisseriadas, a organização flexível do tempo, o modelo cooperativo de trabalho, as relações diferenciadas nos espaços escolares do campo, a seleção e a organização de conteúdos que possibilitem aprendizagens significativas aos discentes de acordo com sua realidade.

A partir das concepções sobre educação do campo, vamos considerar escola do campo como aquelas localizadas em área rural para atender às especificidades da população e dos modos de vida do campo. Além disso, entenderemos as políticas públicas para a educação do campo como ações do Estado que visam à garantia do direito à educação.

1.2 MOVIMENTAÇÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL

A seguir serão apresentadas as movimentações das matrículas da educação básica nos anos de 1997, 2000, 2005, 2010 e 2015, no Rio Grande do Sul. Os dados de matrículas foram retirados do site do INEP.

A primeira parte consta de uma comparação entre as matrículas de área rural e área urbana da educação básica. Na segunda parte é apresentado o número de matrículas da educação básica do campo e suas etapas, por dependência administrativa pública em nível federal, estadual e municipal. Na terceira parte é apresentado número de matrículas da educação básica do campo e suas etapas tanto das redes públicas como da rede privada.

As matrículas da Educação Básica englobam as etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A Tabela 1 sé apresentada uma comparação das matrículas da educação básica no Rio Grande do Sul por área urbana e rural:

Tabela 1 – Número de matrículas da Educação Básica no Rio Grande do Sul, por região urbana e rural

Ano	Urbano	Rural	Total
1997	2.027.975 (88,4%)	266.406 (11,6%)	2.294.151 (100%)
2000	2.139.533 (88,8%)	271.003 (11,2%)	2.410.536 (100%)
2005	2.018.379 (90%)	239.578 (10%)	2.389.636 (100%)
2010	2.012.379 (90,8%)	205.351 (9,2%)	2.227.730 (100%)
2015	1.921.784 (91,7%)	174.344 (8,3%)	2.100.128 (100%)

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica INEP. Elaboração própria.

Através da Tabela 1 observamos que maior parte da matrículas da educação básica do Rio Grande do Sul encontram-se em escolas da área urbana. No ano de 1997, 88,4% das matrículas eram de área urbana e apenas 11,6% das matrículas eram em área rural. Ao longo a concentração das matrículas em área urbana aumenta, sendo em 2015, 91,7% das matrículas em escolas urbanas e apenas 8,3% das matrículas da educação básica em área rural. Em termos de números brutos de matrículas verifica-se que houve uma diminuição do número de matrículas da educação básica no Rio Grande do Sul em áreas urbanas e rurais.

A Tabela 2 apresentada a distribuição do número de matrículas da educação básica do campo no Rio Grande do Sul por dependência administrativa pública:

Tabela 2 – Número de matrículas da Educação Básica do Campo no Rio Grande do Sul, por dependência administrativa pública

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Total
1997	1.722 (0,8%)	88.270 (33,3%)	174.567 (65,9%)	264.559 (100%)
2000	2.051 (0,8%)	90.670 (34,5%)	170.050 (64,7%)	262.771 (100%)
2005	1.158 (0,5%)	84.152 (35,3%)	153.021 (64,2%)	238.331 (100%)
2010	1.491 (0,3%)	65.429 (32%)	137.384 (67,2%)	204.304 (100%)
2015	2.457 (1,6%)	54.684 (31,5%)	115.939 (66,9%)	173.080 (100%)

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica INEP. Elaboração própria.

Na Tabela 2 observa-se que a maior parte das matrículas da educação básica do campo é de responsabilidade das redes municipais de ensino do Rio Grande do Sul. Em seguida vêm as matrículas que são de responsabilidade da rede estadual de ensino e por último da rede federal de ensino, com uma pequena porcentagem. Também observamos que ao longo dos anos há uma concentração, cada vez maior, das matrículas nas redes municipais. Em 1997, 65,9% das matrículas da educação básica do campo eram municipais e em 2015 a concentração aumento para 66,9%. Na rede estadual houve uma diminuição em termos de percentuais. Em 1997, 33,3% das matrículas eram estaduais e em 2015 diminuiu para 31,5%. Na rede federal houve um aumento em termos percentuais, passando de 0,8% em 1997 para 1,6% em 2015. Em números brutos de matrículas, observamos que houve uma diminuição no número de matrículas da educação básica do campo na rede estadual e nas redes municipais, e ocorreu um aumento da oferta educacional na rede federal, que passou de 1722 mil matrículas, em 1997, para 2457 mil matrículas no ano de 2015.

A Tabela 3 apresentada a distribuição do número de matrículas da educação básica do campo no Rio Grande do Sul, por rede privada e rede pública:

Tabela 3 – Número de matrículas da Educação básica do campo no Rio Grande do Sul, por rede pública e privada

Ano	Pública	Privada	Total
1997	264.559 (99,2%)	1.874 (0,8%)	266.433 (100%)
2000	262.771 (99,5%)	1.232 (0,5%)	264.003 (100%)
2005	238.331 (99,4%)	1.247 (0,6%)	239.578 (100%)
2010	204.304 (99,4%)	1.047 (0,6%)	205.351 (100%)
2015	173.080 (99,2%)	1.264 (0,8%)	174.344 (100%)

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica INEP. Elaboração própria.

Na Tabela 3 observamos que ocorreu uma concentração no número de matrículas da educação básica do campo nas redes públicas. Em 1997, 99,2% das matrículas da educação básica do campo eram públicas e em 2015 a concentração se manteve em 99,2%. Na rede privada também manteve a mesma porcentagem em 1997 e 2015 de 0,8%. Em números brutos de matrículas, verificamos que houve uma diminuição no número de matrículas nas redes públicas e privadas.

Através da análise da movimentação das matrículas observamos que ao longo dos anos houve um processo de diminuição de matrículas em regiões rurais, passando de 266.406 em 1997 para 174.344. Em termos percentuais também observamos na tabela 1 que aumentou a

concentração de matrículas nas regiões urbanas. Na tabela 2 observamos que os municípios são responsáveis por parte da oferta educacional para educação básica do campo, em seguida vem o governo estadual e por último o governo federal. Na tabela 3 observamos que as redes públicas de ensino são responsáveis por parte da oferta educacional para as populações rurais.

Através dos dados de matrículas, observa-se que a educação básica do campo no Rio Grande do Sul encontra-se num processo de diminuição referente a oferta educacional para populações rurais. Mas como estariam hoje as condições de oferta educacional das escolas do campo? No próximo capítulo procurar-se-á responder essa pergunta, através do diagnóstico feito em 2013 através do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP), da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

2. CONTRASTES ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO CAMPO E URBANAS NO SEAP/RS EM 2013

O Quadro 3 apresenta as médias das seis dimensões que agregaram os 50 indicadores que foram avaliados e o número de escolas urbanas e rurais da rede estadual do Rio Grande do Sul que participaram da avaliação de cada dimensão.

Quadro 3 – Médio das dimensões e o número de escolas que avaliaram cada dimensão do SEAP 2013

Dimensões	Médias das escolas		Número de escolas	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1 Gestão Institucional	3,90	4,03	1.880	635
2 Espaço Físico da Instituição	2,84	2,63	1.879	636
3 Organização e Ambiente de Trabalho	3,30	3,65	1.880	638
4 Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola	3,44	3,61	1.876	636
5 Formação dos Profissionais da Educação	4,17	4,33	1.880	637
6 Práticas Pedagógicas e de Avaliação	3,54	3,82	1.881	638

Fonte: Avaliação institucional do SEAP (2013). (FRANÇA; FROZZA. 2014).

Através do Quadro acima se observa que as escolas estaduais do campo se avaliaram melhor que as escolas urbanas em quase todas as dimensões, com exceção da Dimensão 2 – Espaço Físico da Instituição. Enquanto na Dimensão 2 a média das escolas urbanas ficou em 2,84 e das escolas do campo ficou em 2,63. Relembrando que na escala do SEAP, 2 corresponde a situação precária. Na dimensão 1 – Gestão Institucional – a média das escolas urbanas foi 3,90 (*situação boa*) e das escolas do campo 4,03 (*situação muito boa*). Na dimensão 3 - Organização e Ambiente de Trabalho - a média das escolas urbanas foi de 3,30 (*situação boa*) e das escolas do campo 3,65 (*situação boa*). A dimensão 4 - Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola - a média das escolas urbanas foi de 3,44 (*situação boa*) e das escolas do campo 3,61 (*situação boa*). A dimensão 5 - Formação dos Profissionais da Educação - a média das escolas urbanas foi de 4,17 (*situação muito boa*) e das escolas do campo 4,33 (*situação muito boa*). A dimensão 6 - Práticas Pedagógicas e de Avaliação - a média das escolas urbanas foi de 3,54 (*situação boa*) e das escolas do campo 3,82 (*situação boa*).

A Quadro 4, abaixo, mostra as médias da Dimensão 2, que trata do *Espaço Físico da Instituição*, na qual a avaliação institucional revela a existência de uma situação *precária* vivenciada pelas escolas urbanas e com maior incidência nas escolas rurais no ano de 2013.

Quadro 4 – Indicadores com média mais precárias na avaliação institucional do SEAP – conjunto das escolas urbanas e rurais da rede estadual

Dimensão	Indicador	Médias Escolas da zona urbana	Médias Escolas da zona rural
2	7. Existência de condições adequadas nas instalações gerais (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda às necessidades de acesso.	2,84	2,84
2	11. Existência de condições adequadas nos sanitários: local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), capacidade de atendimento, aparelhos e instalações hidrossanitárias completas (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes.	2,90	3,09
2	12. Existência de condições adequadas na Biblioteca: sala própria com espaço para leitura e consulta (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica e acesso)	3,19	2,82
2	14. Existência de condições adequadas no refeitório: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e mobiliário.	3,10	2,76
2	15. Existência de condições adequadas no laboratório de informática: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, mobiliário, equipamentos e acesso à Internet.	3,30	2,71
2	16. Existência de condições adequadas no laboratório de Ciências: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho e equipamentos.	2,39	1,46
2	17. Existência de condições adequadas no laboratório de aprendizagem: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, materiais pedagógicos e equipamentos.	1,41	1,24
2	18. Existência de condições no espaço escolar para prática de esportes e lazer.	2,62	2,56
2	19. Existência de Acessibilidade Plena: rampa, corrimão, sanitário adaptado, piso podotátil, sinalização visual, alargamento de portas, acesso às dependências da escola, dentre outras Lei Federal nº 10.	2,22	1,66

Fonte: Avaliação institucional do SEAP –2013. (FRANÇA; FROZZA. 2014).

Observa-se que os indicadores da Dimensão 2 – Espaço Físico da Instituição – apresentam as piores pontuações. Chama atenção em especial os indicadores 16, 17 e 19, onde as escolas do campo pontuaram *situação crítica*. O indicador 16, que trata da existência de condições adequadas no laboratório de Ciências, apresenta elevados percentuais de pontuação

1 (*situação crítica*), no contexto das escolas rurais, e elevados índices de a pontuação 2 (*situação precária*) para as escolas urbanas. O indicador 17, que diz respeito à existência de condições adequadas no laboratório de aprendizagem, em ambas, escolas rurais e escolas urbanas, apresenta a pontuação 1, o que descreve uma *situação crítica* de modo generalizado. O indicador 19, que trata da existência de acessibilidade plena, mostrou que a pontuação 1 (*situação crítica*) faz parte do cotidiano das escolas rurais, e a pontuação 2 (*situação precária*) encontra-se presente no contexto das escolas urbanas.

Os indicadores 11, 12, 14 e 15, que apresentam a pontuação 2 elevada (situação precária) apenas nas escolas do campo, o que demonstra que esta realidade educacional precisa de uma maior atenção. Diante das médias dos indicadores da Dimensão 2 (nove indicadores em situação crítica e precária), aqui apontados, mostra que as escolas públicas estaduais de zonas urbanas e rurais possuem problemas em relação ao espaço físico e infraestrutura.

Porém, houve indicadores que se apresentaram com média de pontuação 4, que consideram a *situação muito boa* – situação que não conta com a participação da Dimensão 2 e seus indicadores. O Quadro 5 apresenta os indicadores com *situação muito boa* na avaliação do conjunto de escolas urbanas e rurais da rede estadual.

Quadro 5 – Indicadores com pontuação 4 na mais avaliação do conjunto de escolas urbanas e rurais da rede estadual

Dimensão	Indicador	Médias Escolas da zona urbana	Médias Escolas da zona rural
1	1. Existência de planejamento e monitoramento de metas/ações de gestão democrática.	4,28	4,35
1	2. Existência de socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar.	4,05	4,25
1	3. Existência de atuação efetiva do Conselho Escolar nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº 10.76/1995, alterada pelas Leis nº 11.695/2001 e nº 13.990/2012	4,04	4,17
1	5. Existência de busca e de participação nas redes de serviços de apoio, municipal e/ou estadual, com vistas a garantir a aprendizagem (saúde e assistência do escolar).	4,08	4,19
1	6. Existência de procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da Escola.	4,19	4,04
3	20. Suficiência e assiduidade dos professores.	4,19	4,53
4	29. Existência de condições adequadas da alimentação escolar.	4,03	4,36
5	31. Formação inicial dos professores.	4,35	4,30
5	33. Existência de participação dos profissionais nas ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.	4,27	4,42
6	35. Existência de plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).	4,14	4,39
6	42. Existência de atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP) da Escola.	4,00	4,16
6	44. Existência de plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para estudos de recuperação.	4,11	4,17

Fonte: Avaliação institucional do SEAP – 2013. (FRANÇA; FROZZA. 2014).

Doze indicadores foram avaliados com média 4, situação considerada muito boa; entre estes dozes indicadores, 5 fazem parte da Dimensão 1 – Gestão Institucional. Na Dimensão 5, chama a atenção os dois indicadores que tratam da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, assim como o indicador 20 da Dimensão 3, que considerou a suficiência e assiduidade dos professores como satisfatórias. Na Dimensão 4, é considerado

como muito bom o indicador que trata das condições da alimentação escolar; e, por último, a Dimensão 6 e os três indicadores que fazem referência às práticas pedagógicas, que são avaliados de maneira positiva pelo conjunto das escolas, como os planos de aula articulados ao projeto político- pedagógico.

Através do diagnóstico produzido pelos dados do SEAP 2013, observamos a falta de espaço físico e infraestrutura como um dos principais fatores que dificultam a oferta educacional de qualidade nas escolas públicas estaduais do campo e urbanas. Mas, qual seria a solução para esse problema? Será apenas uma questão de investimento financeiro nas escolas públicas, por parte do governo? O dinheiro que é investido hoje é suficiente para atender a todas as necessidades das escolas públicas?

Para tentar responder algumas dessas perguntas, no próximo capítulo apresentaremos uma análise de custos educacionais e custo-aluno/ano, a partir de um estudo de caso feito em duas escolas estaduais do campo no interior de Bento Gonçalves. Não é possível generalizar os valores monetários desse estudo para todas as escolas estaduais do campo do Rio Grande do Sul ou do Brasil, mas ajuda refletir um pouco sobre a relação do financiamento da educação e condições de oferta educacional para educação básica do campo.

3. CUSTOS EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS DO CAMPO

Neste Capítulo três são apresentados os custos educacionais anual e o custo-aluno/ano das Escolas A e B. A Tabela 4 apresenta o Custo Anual total em números brutos das escolas, por categorias de custos considerados:

Tabela 4– Quadro geral do Custo Anual, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$)

Categorias de custos	Escola B	Escola A
Pessoal	R\$ 85.889,09	R\$ 223.025,62
Material de consumo	R\$ 12.061,00	R\$ 17.331,00
Material permanente	R\$ 7.855,12	R\$ 22.644,22
Terreno e prédio	R\$ 4.337,97	R\$ 5.681,42
Transporte escolar	R\$ 17.990,50	R\$ 53.955,00
Outros insumos e manutenção	R\$ 3.158,00	R\$ 7.989,07
Custo Total	R\$ 131.291,68	R\$ 330.626,33

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

O custo anual total da Escola A é maior do que o da Escola B. Enquanto a Escola B possui um custo anual total de R\$ 131.291,68, a Escola A possui um custo anual total de R\$ 330.626,33, ou seja, a Escola A possui um custo anual de R\$ 199.334,65 a mais do que a Escola B. E em todas as demais categorias de custo a Escola A apresenta um custo maior. Essa diferença ocorre porque a Escola A é maior do que a Escola B, possui um quadro de docentes e não docentes maior, e o número de alunos matriculados também é superior. Enquanto a Escola B, no ano de 2016, atendeu a apenas 16 alunos, a Escola A atendeu a 57.

Em relação aos custos com material permanente, material de consumo, terreno e prédio, transporte escolar, pessoal, insumos e manutenção, a Escola A possui um custo maior do que a Escola B em todas essas categorias. No entanto, as maiores diferenças estão nos custos com pessoal, transporte e material de consumo. Os custos com pessoal maiores na Escola A se justificam porque a mesma possui o total de oito docentes e dois não docentes, enquanto a Escola B possui somente dois docentes e um não docente. Em relação ao transporte escolar a diferença também ocorre porque o número de alunos beneficiados pelo transporte escolar na Escola A é maior. Enquanto a Escola B possui 11 alunos usuários do transporte escolar, na Escola A 33 alunos são usuários do transporte escolar.

A Tabela 5 demonstra o Custo Anual das escolas, em termos percentuais, distribuídos por categorias de custos considerados:

Tabela 5 – Quadro geral do Custo Anual, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em %)

Categorias de custos	Escola B	Escola A
Pessoal	64,5%	67,4%
Material de consumo	9,1%	5,3%
Material permanente	6,0%	6,8%
Terreno e prédio	3,3%	1,7%
Transporte escolar	13,7%	16,3%
Outros insumos e manutenção	2,4%	2,5%
Custo Total	100%	100%

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

Em termos percentuais o Custo Anual das escolas possui uma distribuição semelhante. Mais de 60% dos custos das escolas são com pessoal, sendo 64,5% na Escola B e 67,4% na Escola A. O custo de material de consumo na Escola B representou 9,1% e na Escola A representou 5,3%, ou seja, em termos percentuais o custo de material de consumo foi maior na Escola B. Esse fator pode ser explicado porque em algumas subcategorias do material de consumo, a Escola B deve um gasto maior que Escola A. Por exemplo, na subcategoria material esportivo a Escola B teve gasto maior que mil reais, enquanto a Escola A teve um gasto de apenas cem reais. Nas subcategorias de material de expediente e material para manutenção de bens imóveis, a Escola B também deve um gasto maior em relação à Escola A. O custo de material permanente foi semelhante nas duas escolas. O custo de terreno e prédio, em termos percentuais, foi maior na Escola B, com 3,3%, enquanto na Escola A representou apenas 1,7% do Custo Anual total. O custo com transporte escolar, em termos percentuais, foi maior na Escola A, com 16,3%, enquanto na Escola B representou 13,7%. E os custos com outros insumos e manutenção foram semelhantes nas duas escolas.

A Tabela 6 demonstra o Custo-Aluno/Ano das escolas, em números brutos, distribuídos por categorias de custos considerados:

Tabela 6 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$)

Categorias de custos	Escola B	Escola A
Pessoal	R\$ 5.338,06	R\$ 3.912,73
Material de consumo	R\$ 753,81	R\$ 304,05
Material permanente	R\$ 490,94	R\$ 397,27
Terreno e prédio	R\$ 271,12	R\$ 99,67
Transporte escolar	R\$ 1.124,40	R\$ 946,57
Outros insumos e manutenção	R\$ 197,37	R\$ 140,15
Custo Total	R\$ 8.175,70	R\$ 5.800,44

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

Apesar de o Custo Anual total da Escola A ter sido maior do que o da Escola B, o custo-aluno/ano total da Escola B foi maior que a da Escola A. Enquanto A teve um custo-aluno/ano de R\$ 5.800,44, a Escola B teve um custo-aluno/ano de R\$ 8.175,70. O custo-aluno/ano por categorias de custos considerados também foi maior na Escola B em relação aos custos-aluno/ano das categorias da Escola A. A maior diferença ocorreu no item de material de consumo; enquanto o custo-aluno/ano material de consumo da Escola A foi de R\$ 304,05, da Escola B foi de R\$ 753,81, ou seja, uma diferença de R\$ 449,76. Tais diferenças podem ser explicadas porque o divisor para o cálculo utilizado foi o número de matrículas no ano de 2016, enquanto a Escola A teve como divisor o total de 57 alunos matriculados, a Escola B teve apenas 16 alunos matriculados como divisor.

A Tabela 7 demonstra o Custo-Aluno/Ano das escolas, em termos percentuais, distribuídos por categorias de custos considerados:

Tabela 7 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano, por categorias nas escolas no ano de 2016 (Em %)

Categorias de custos	Escola B	Escola A
Pessoal	66,6%	67,5%
Material de consumo	8,9%	5,3%
Material permanente	5,8%	6,8%
Terreno e prédio	3,2%	1,7%
Transporte escolar	13,2%	16,3%
Outros insumos e manutenção	2,3%	2,4%
Custo Total	100%	100%

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

Em termos percentuais o Custo-Aluno/Ano possui algumas pequenas diferenças entre as escolas. Em relação ao pessoal, ambas as escolas possuem percentuais semelhantes e esse item também compõe a maior fração do custo aluno/ano. O custo-aluno/ano pessoal na Escola B representou 66,6% do custo-aluno/ano total e, na Escola A, representou 67,5%. A maior diferença ocorreu no custo-aluno/ano material de consumo, enquanto que na Escola A esse custo representou apenas 5,3% do custo-aluno/ano total, o do custo-aluno/ano material de consumo na Escola B representou 8,9% do custo aluno/ano total. Nos demais itens, os valores são semelhantes, com alguma diferença no transporte escolar. O custo-aluno/ano transporte escolar na Escola B representa 13,2% do custo-aluno/ano total, enquanto que na Escola A representou o total de 16,3%.

A Tabela 8 demonstra o Custo Anual Pessoal das escolas, em números brutos, distribuídos por subcategorias de docentes e não docentes:

Tabela 8 – Quadro geral do Custo Anual Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$)

Subcategorias	Escola B	Escola A
Docente	R\$ 64.460,28	R\$ 169.147,99
Não Docente	R\$ 21.428,81	R\$ 53.877,63
Total (docente e não docente)	R\$ 85.889,09	R\$ 223.025,62

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

Em relação ao custo anual pessoal, a Escola A tem o maior custo na categoria total, docente e não docente. Na categoria docente, o custo anual na Escola A foi de R\$ 169.147,99 e, na Escola B, foi de R\$ 64.460,28. Na categoria não docente o custo anual na Escola A foi de R\$ 53.877,63 e, na Escola B, foi de R\$ 21.428,81. O custo anual pessoal total da Escola A foi de R\$ 223.025,62 e o da Escola B foi de R\$ 85.889,09.

A Tabela 9 demonstra o Custo Anual Pessoal das escolas, em termos percentuais, distribuídos por subcategorias de docente e não docente:

Tabela 9 – Quadro geral do Custo Anual Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em %)

Subcategorias	Escola B	Escola A
Docente	75%	75,8%
Não Docente	25%	24,2%
Total (docente e não docente)	100%	100%

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

O custo anual pessoal total em ambas as escolas teve distribuições em termos percentuais semelhantes. O custo anual pessoal docente na Escola B representou 75% do custo anual pessoal total e, na Escola A, representou 75,8%. O custo anual de pessoal não docente na Escola B representou 25% do custo anual pessoal total e, na Escola A, representou 24,2%.

A Tabela 10 demonstra o Custo-Aluno/ano Pessoal das escolas, em números brutos, distribuídos por subcategorias de docente e não docente:

Tabela 10 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano Pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em R\$)

Subcategorias	Escola B	Escola A
Docente	R\$ 4.028,76	R\$ 2.967,50
Não Docente	R\$ 1.339,30	R\$ 945,22
Total (docente e não docente)	R\$ 5.338,06	R\$ 3.912,73

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

O custo-aluno/ano pessoal total na B foi de R\$ 5.338,06 e, na Escola A, foi de R\$ 3.912,73, ou seja, a diferença foi de R\$ 1.425,33. Na subcategoria de docente, o custo-aluno/ano docente da Escola B foi de R\$ 4.028,76 e, na Escola A, foi de R\$ 2.967,50. Na subcategoria de não docente, o custo-aluno/ano docente da Escola B foi de R\$ 1.339,30 e, na Escola A, foi de R\$ 945,22.

Apesar de a Escola A possuir um custo anual pessoal maior do que a Escola B, quando é passado para unidade de análise de custo-aluno/ano pessoal, a Escola B acaba tendo custo-aluno/ano superior, pois o número de alunos matriculados é menor que o da Escola A. É essa diferença no divisor que explica o fato de o custo-aluno/ano pessoal da Escola B ser maior que o da Escola A.

A Tabela 11 demonstra o Custo-Aluno/Ano Pessoal das escolas, em porcentagem, distribuído por subcategorias de docente e não docente:

Tabela 11 – Quadro geral do Custo-Aluno/Ano pessoal, por subcategorias nas escolas no ano de 2016 (Em %)

Subcategorias	Escola B	Escola A
Docente	75,5%	75,8%
Não Docente	24,5%	24,2%
Total (docente e não docente)	100%	100%

Fonte: Dados do campo empírico. Elaboração do autor.

A distribuição percentual do custo-aluno/ano pessoal das escolas é semelhante. Na Escola B o custo-aluno/ano docente representou 75,5% e o não docente representou 24,5%. Na Escola A o custo-aluno/ano docente representou 75,8% e o não docente representou 24,2%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir um diagnóstico da realidade e das condições de oferta educacional da educação básica do campo, através da sistematização de dados de diferentes fontes e pesquisas, não é uma tarefa fácil. Também podemos nos questionar até que ponto números e estatísticas podem nos mostrar a totalidade e complexidade dos processos sociais que envolvem uma determinada realidade social.

No entanto, o raciocínio estatístico em pesquisa sociológica pode nos oferecer um caráter de cientificidade, objetividade e descoberta de regularidades nas relações sociais (SELZ, 2009). Por esse motivo a feitura de um trabalho de cunho quantitativo é válida para estudo de uma determinada realidade social.

Através desse estudo não se espera dar conta de toda a complexidade dos processos sociais e políticos que envolvem a realidade, políticas e condições de oferta educacional para educação básica do campo. Mas espera-se que essa monografia possa contribuir para a área de conhecimento sobre educação básica do campo, auxiliar demais pesquisadores e educadores em futuros estudos; também auxiliar gestores públicos em processos de formulação de políticas públicas para oferta educacional da educação básica do campo.

Em relação à análise das matrículas da educação básica se verificou que a educação básica do campo encontra-se em processo de diminuição matrículas para educação básica do campo e aumento da concentração no número de matrículas da educação básica em áreas urbanas, o que pode demonstrar que prioridade das políticas de oferta educacional para educação básica tem sido o atendimento das escolas e populações de áreas urbanas. Os dados também podem estar ligados a fatores de êxodo rural, processo de urbanização e movimentos do campo para cidade. Outro fato que os dados das matrículas nos revelam é que a maior parte das matrículas da educação básica no Rio Grande do Sul é de responsabilidade das redes municipais de educação, em segundo lugar aparece à rede estadual e por último a rede federal de ensino. E também podemos verificar que as redes públicas de ensino são responsáveis por mais de 99% das matrículas ofertadas para educação básica do campo, ficando o setor privado responsável por menos de 1%.

Através dos resultados do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) da rede estadual do Rio Grande do Sul, foi possível verificar e realizar uma análise comparativa das condições de oferta educacional entre as escolas urbanas e rurais em diversos aspectos que envolvem os processos políticos para a oferta educacional para educação básica. Em cinco, de

seis dimensões, que envolveu a (auto) avaliação do SEAP/RS em 2013 as escolas do campo se avaliaram melhor que as escolas urbanas. A média das escolas rurais ficou entre 3 e 4, *situações boa e muito boa* na escala valorizava do SEAP/RS. Porém na dimensão 2 – Espaço Físico da Instituição – as escolas rurais obtiveram uma média mais baixa que as escolas urbanas, enquanto a média das escolas urbanas foi de 2,84 a das escolas rurais foi de 2,63. Ambas as situações encontram-se em *situação precária* da avaliação do SEAP/RS. Esse dado nos revela que as condições de infraestrutura física das escolas públicas estaduais continuam sendo os grandes fatores dificultadores para ofertar educacional de qualidade, especialmente para as escolas que encontram em áreas rurais.

No capítulo três são apresentados os dados de custos educacionais e custo-aluno/ano, a partir de um estudo de caso de duas escolas estaduais do campo do interior do município de Bento Gonçalves. As escolas atendem as etapas da educação infantil (pré-escola) e anos iniciais do ensino fundamental. Estão localizadas em comunidades rurais consideradas ricas, com forte presença de agricultores familiares e que mesclam atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades rurais. As escolas também são importantes para organização social e política das comunidades, e possuem um forte envolvimento dos pais, alunos, funcionários, docentes e comunidade em geral no dia a dia das escolas. Escolas também se reconhecem dentro de um projeto político pedagógico como escolas do campo e possuem preocupação com questões que envolvem a transferência de alunos das escolas para escolas em áreas urbanas.

O custo anual total, em 2016, da Escola A foi de R\$ 330.626,33 e da Escola B foi de R\$ 131.291,68. O custo-aluno/ano, em 2016, da Escola A foi de R\$ 8.175,70 e da Escola B foi de R\$ 5.800,44. Quando comparados com o valor do CAQi, previsto no Parecer CNE/CEB nº 08/2010, o custo-aluno/ano da Escola A foi superior e Escola B ficou próximo ao parâmetro estabelecido pelo parecer. O parecer estabelece como parâmetro de custo-aluno/ano para a etapa de ensino fundamental anos iniciais das escolas do campo o valor de R\$ 3.627,68 no ano de 2008. Mas calculando a correção de preços no período, através do Índice Geral de Preços (IGP-FGV), que é de 1,605, estabelecido pela calculadora cidadã no site do Banco Central do Brasil (BCB), esse valor em 2016 ficaria em R\$ 5.822,77. O custo-aluno/ano da Escola B foi de R\$ 8.175,70 e da Escola A foi de R\$ 5.800,44 em 2016.

Apesar do custo-aluno/ano das escolas estarem em valores superior ou próximo ao estabelecido pelo parecer às escolas apresentaram algumas dificuldades em infraestrutura, sendo necessária maior atenção do poder público para esse fator.

Esta pesquisa procurou problematizar os custos educacionais e condições da oferta educacional para a educação básica do campo no Rio Grande do Sul, como critérios necessários para a construção da qualidade social da educação. Não se pretende, a partir desta pesquisa, dar conta de toda a diversidade das escolas do campo ou da complexidade que envolve as condições de oferta educacional para o meio rural. Sugiro que sejam feitas mais pesquisas sobre custos educacionais, custo-aluno/ano e condições de oferta educacional para educação básica do campo, principalmente, pesquisas comparadas de custos educacionais, custo-aluno/ano e condições de oferta educacional entre escolas do campo de diferentes regiões, estados, países e modelos agrários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 08/2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 maio, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 outubro 2017.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL (CEASA/RS). Disponível em: <<http://www.ceasa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

DATA ESCOLA BRASIL. Disponível em: <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>>. Acesso em: 01 outubro 2017.

FARENZENA, Nalú; DORNELLES, Leni Vieira; BORTOLINI, Maria Clara; FRANZÓI, Naira Lisboa; PERONI, Vera Maria Vidal. Relatório de pesquisa. Levantamento do custo aluno/ano em escolas da educação básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade: Rio Grande do Sul. In: FARENZENA, Nalú (Coord.). Porto Alegre: UFRGS/FACED/Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação, 2004.

FARENZENA, Nalú; FRANÇA, Damiana de Matos Costa. As ideias e a análise de políticas públicas de educação para a população do campo: um olhar a partir da abordagem cognitiva. EccoS Revista Científica, n. 39, enero-abril, p. 131-146, 2016. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/715/71546154010.pdf>> Acesso outubro de 2017.

FRANÇA, Damiana de Matos Costa; FROZZA, Miguel de Oliveira. Documento 64/2014. Relatório de Análise Quantitativa e Qualitativa das Informações do SEAP 2013: contrastes entre escolas rurais e urbanas. 2014. (Relatório de pesquisa).

FROZZA, Miguel de Oliveira. Custo-Aluno/ano e Condições de Qualidade em Escolas do Campo da rede estadual do Rio Grande do Sul. 2017. 167 f. Tese (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA (INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 01 outubro. 2017.

OLIVARES, Pilar Abós. El Modelo de Escuela Rural: Es um Modelo Transferible a Outro Tipo de Escuela?. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 651-961, jul./set. 2015.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Selete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

SECRETÁRIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (SEDUC/RS). Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/secretario-de-educacao>>. Acesso em: 01 outubro. 2017.

SELZ, Marion. O raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, Serge (Coord.). Pesquisa Sociológica. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, Francisco José. Custo-Aluno e Condições Tangíveis de Oferta Educacional em Escolas Públicas do Distrito Federal: (Des)igualdade à flor da pele. 2010. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23746>>. Acesso em: 01 outubro 2017.

TRANSPARÊNCIA RS. Disponível em: <<http://www.transparencia.rs.gov.br/webpart/system/PaginaInicial.aspx>>. Acesso em: 01 jan. 2